



COLECTIVO
LATINOAMERICANO
DE JÓVENES

Con el apoyo de



**W.K. KELLOGG
FOUNDATION**

To help people help themselves



GERAÇÃO POLÍTICA: ESTUDO SOBRE A RENOVAÇÃO GERACIONAL EM ESPAÇOS POLITICO-INSTITUCIONAIS

Datos de identificación de/la investigador/a y Co-investigadores/as.

Nombres: André Luiz

Apellidos: da Silva Sobrinho.

Edad: 27

Sexo: Masculino

E-mail: andre@cantojovem.org.br

Teléfono: 84 3207 4352

País: Brasil

Parceria: Universidade Federal do Piauí

Assessora do projeto: Profa. Dra. Valéria Silva

ÍNDICE:

01. INTRODUÇÃO:.....	2
02. PROBLEMÁTICA DO ESTUDO:	3
04. OBJETIVOS DA PESQUISA:.....	5
05. REFERENCIAL TEÓRICO.....	6
A questão da Juventude (ou a juventude como questão):.....	6
A questão da Participação:	8
Juventude e participação política:.....	10
Câmbios en las dimensiones de la participación juvenil	11
06. METODOLOGIA DA PESQUISA.....	13
07. RESULTADOS	17
Quem “fala” pela Comunidade?.....	18
O que dizem as lideranças sobre jovens e Juventude:	21
Para que Conselhos?.....	22
O que dizem os jovens sobre ser jovens na África.....	23
E os jovens nos Conselhos?.....	27
08. CONCLUSÕES	30
BIBLIOGRAFIA	32

01. INTRODUÇÃO:

Este projeto de investigação nasce a partir da observação empírica em tentar compreender o diálogo que se estabelece entre jovens e os espaços “formais” e institucionais de participação política em nível social e comunitário. Cabe destacar que esta proposta de pesquisa se insere no marco do programa “*Juventudes, Participação e Democracia*”, desenvolvido sob minha coordenação, na Organização Não-governamental Canto Jovem, cuja atuação direta se concentra na cidade do Natal, estado do Rio Grande do Norte, Nordeste do Brasil.

A premissa que informa a investigação é a de que no Brasil os espaços formais de participação político-institucional, na forma de Conselhos, se consolidou em um momento histórico de luta pela redemocratização do país, nomeadamente nas décadas de 80 do século XX. No entanto, a geração nascida neste período, e que atualmente encontra-se na faixa etária considerada categoricamente de juventude, encontra-se relativamente distante destes espaços político-institucionais criados com o anseio de democratizar a gestão pública, estimularem a participação social, e, sobretudo, possibilitar o exercício da cidadania plena dos indivíduos.

Desta forma, a relevância da investigação em tentar compreender os motivos pelos quais os jovens participam ou não destes espaços, encontra-se por um lado nos aspectos políticos da participação juvenil em espaços de tomada de decisão, e por outro, nos aspectos pedagógicos de inserção de novas gerações nas institucionalidades democráticas criadas a partir dos processos históricos de luta por direitos.

02. PROBLEMÁTICA DO ESTUDO:

Percorrendo as referências da história da participação juvenil no Brasil, percebemos uma ênfase nas mobilizações políticas protagonizadas por jovens nas décadas de 60 e 70. Período marcado por mudanças culturais em diversas áreas do comportamento, influenciados pelas movimentações de maio de 68 na França, no campo político, registra-se com frequência o enfrentamento direto às estruturas de poder militar, cujos jovens (em sua maioria com idade entre 20 a 30 anos, escolarizados e de classe média) tiveram um papel importante, especialmente no interior do Movimento Estudantil, lutando pelo fim do cerceamento às liberdades individuais e coletivas. Dessa forma, sob a áurea da modernidade, este período em certa medida, mitificou uma forma de atuação política juvenil, fortalecendo uma concepção da rebeldia como uma característica inerente à juventude.

A luta política travada neste período conseguiu estabelecer posteriormente um processo de transição democrática que, dentre outras conquistas, abriu espaço para a participação popular. Criou-se, por meio de uma legislação considerada avançada, mecanismos de democratização da gestão pública e de controle social, em que os indivíduos, reconhecidos como sujeitos de direitos, poderiam propor e fiscalizar as ações do Estado. Dessa forma, valorizou-se e se fortaleceu o caráter associativo em que os agrupamentos humanos poderiam constituir organizações sociais e comunitárias, tais como: Associações e Conselhos Comunitários, Conselhos de Políticas Públicas, entidades caritativas, organizações não-governamentais e de forma mais orgânica aos mecanismos do Estado, os Conselhos de Políticas Públicas.

Nesse período entre a luta contra a repressão e o processo de redemocratização (que dura aproximadamente 20 a 25 anos), surge uma nova geração de jovens nas décadas de 90 e 2000, situados em um diferente contexto sócio-político e cultural, porém com outros desafios a enfrentar. Constantemente comparada à geração anterior em termos de participação política, persiste um discurso que coloca estereótipos nesta juventude atual, que no limite da crítica, a acusa de apatia e alienação. Entretanto, lançando novos olhares analíticos sobre a questão, percebe-se que esta geração tem apresentado diferentes formas de participação, especialmente se encontrarmos os elementos políticos nas suas mobilizações culturais e artísticas. Esse movimento, que inclusive parece ser mais gestado nas classes populares, apresenta uma dinâmica diferenciada que, a meu ver, não tem dialogado com as estruturas formais de participação política.

Ocorre então, um (des)encontro desta geração com os novos organismos gestados na trilha da construção democrática. É importante considerar que estes organismos ainda buscam consolidar-se, enfrentando os descompassos entre a intencionalidade de uma legislação avançada, com a realidade de uma cultura política que carrega traços herdados de um período autoritário. Soma-se a isso, as práticas históricas de clientelismo gestadas nas relações de dominação presentes na sociedade brasileira.

Portanto, coube nesse estudo questionarmos: **Existe um distanciamento dos e das jovens dos espaços político-institucionais? Se sim, Quais as razões? Em que medida se pensa a renovação geracional destes espaços político-institucionais?**

Ao encontrar pistas neste percurso que problematize a questão, na trilha de uma proposta de intervenção, buscou-se constituir elementos para construir ações de mobilização social e formação política de grupos juvenis.

04. OBJETIVOS DA PESQUISA:

O objetivo principal desta investigação foi encontrar subsídios teóricos e metodológicos para uma ação mais direcionada e qualificada no trabalho de mobilização social, formação política e fortalecimento de grupos juvenis.

Os objetivos específicos foram:

- 01) Verificar os limites e as possibilidades de diálogo entre as instâncias político-institucionais comunitárias e os grupos juvenis organizados;
- 02) Conhecer os processos políticos de participação e representação política nessas instâncias comunitárias;
- 03) Conhecer os mecanismos de sustentabilidade geracional das instâncias político-institucionais como os conselhos comunitários.
- 04) Fortalecer a proposta de ação do Programa Juventudes, Participação e Democracia da ONG Canto Jovem.
- 05) Identificar a pertença partidária dos e das jovens, se existentes, refletindo pontualmente a influência dos partidos na prática dos e das jovens.
- 06) Elaborar um relatório de pesquisa, contendo as conclusões do trabalho.

05. REFERENCIAL TEÓRICO

O ponto de partida teórico, configurou-se basicamente em duas categorias de análise: Juventude e participação. Essas referências conceituais, a partir da sistematização de leituras, se definiram como norte para as reflexões, bem como para a construção dos instrumentos de pesquisa.

Antes, contudo, cabe mencionar o desafio posto pelo projeto “Jovens promotores da Juventude” em estimular a produção teórica de jovens sobre juventude. Ao me submeter em analisar sobre a temática juventude e os processos de participação, com uma profundidade diferenciada em termos de produção reflexiva, me percebi em um movimento constante de distanciamento e aproximação, posto que no caso do tema da participação, me encontro totalmente implicado em uma prática social que muitas vezes não nos permite perceber alguns fatores que só é possível verificar quando temos um relativo distanciamento. No caso de pensar juventude como categoria de análise, os desafios se colocaram pela proximidade etária com os sujeitos de pesquisa. Obviamente que esta realidade traz as vantagens em termos de aproximação e linguagem, no entanto, em alguns momentos nos deparamos com dilemas na percepção das (in) compatibilidades da realidade dos sujeitos entrevistados, da minha própria trajetória e crenças pela prática política e do que diz os textos e autores da literatura estudada.

A seguir, tentarei trazer os principais elementos teóricos que foram sistematizados em cada categoria utilizada. Em seguida, me voltarei ao tema da investigação, considerando a relação entre as categorias.

A questão da Juventude (ou a juventude como questão):

“*Juventude é apenas uma palavra*”, polemizou o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1983). De fato, se consideramos que as palavras são significadas em um determinado momento histórico e que são passíveis de ressignificação, ou seja, não são imutáveis, o termo juventude só é preenchido a partir do que determinada época e sociedade lhe atribui de sentido. Em geral, denota-se juventude uma etapa de transição para a vida adulta, variando-se o recorte etário. Por outro lado, a complexidade gerada pela modernidade (ou pós-modernidade), revela que mesmo no interior de uma faixa etária, não é possível homogeneizar ou compreender as manifestações sociais e culturais que se apresentam no comportamento juvenil e na relação que a sociedade estabelece em torno dos seus “sujeitos jovens”. Além das dimensões culturais e econômicas, essas manifestações são estimuladas por diferentes processos sociais e outros recortes identitários como classe, etnia, gênero, local de moradia, etc.

Preservando-se a diversidade da realidade de cada sujeito e as condicionantes sociais em que vivem, é possível supor que existam “as experiências geracionais comuns”, conforme aponta a antropóloga Regina Novaes (1998: p. 27). Essas experiências comuns nos remetem exatamente ao contexto sócio-econômico vivido pelos jovens na atualidade e

que afetam diretamente suas trajetórias de vida, incluindo aí suas subjetividades, motivações, necessidades e apropriações em torno dos espaços de participação.

Pensando sobre as experiências geracionais no interior da própria juventude enquanto demarcação etária, encontramos também duas noções que dialogam e conflituam. Os termos *adolescência e juventude* são expressões que no senso comum se entrelaçam, porém para os sujeitos que vivem ou se reconhecem a partir destas nomeações, há diferenças significativas nas relações que estabelecem na vida social. Sob uma perspectiva política, também há diferenças em termos de necessidades e anseios. Abramo (2005), distingue didaticamente (e certamente sem a intenção de traçar delimitações rígidas), essas duas fases da vida pela ênfase dada às noções de **desenvolvimento** e **preparação** na adolescência; e de **experimentação** e **inserção** na juventude.

Outro parâmetro definidor parece ser o que é tradicionalmente ritualizado como sendo a passagem para a vida adulta. Ou seja, o referencial padronizado do que seria esta fase, também condiciona uma certa tipificação do que é ser jovem. Segundo Tommasi (2008, *no prelo*)

Tradicionalmente, alguns eventos biográficos são considerados como “sinais da passagem”: deixar a condição de estudante; entrar no mundo do trabalho; e construir uma família própria (isto é, casar e ter filhos). Contudo, na atualidade, esses eventos deixaram de ser definitivos. Os jovens entram e saem da escola e do mundo do trabalho, assim como o nascimento de um filho muitas vezes não implica a saída do núcleo familiar de origem e a construção de uma família própria.

O sociólogo italiano Alberto Melucci, observa em sua discussão: “*juventude, tempo e movimentos sociais*” (1997), a centralidade desta questão:

A natureza precária da juventude coloca para a sociedade a questão do tempo. A juventude deixa de ser uma condição biológica e se torna uma definição simbólica. As pessoas não são jovens apenas pela idade, mas porque assumem culturalmente a característica juvenil através da mudança e da transitoriedade. Revela-se pelo modelo da condição juvenil um apelo mais geral: o direito de fazer retroceder o relógio da vida, tornando provisórias decisões profissionais e existenciais, para dispor de um tempo que não se pode medir somente em termos de objetivos instrumentais” (MELUCCI, 1997, p. 13).

É nesse terreno de incertezas, gerado pela dinâmica das relações do mundo contemporâneo nas dimensões micro e macro da vida social, que os jovens redefinem suas formas de atuação, colocando-se muitas vezes em contraposição com determinadas fixações acerca dos modelos tradicionais de participação na vida social. Aponta-se, que esta é uma questão central que provoca conflitos na relação geracional.

Acredito, portanto, que existe uma relação dialética entre a representação social sobre a juventude e a conduta dos jovens no cotidiano de suas vidas. Há uma tensão gerada

entre a imagem da juventude, as expectativas sociais e a realidade vivida. Isso foi algo extremamente identificado quando da fala dos jovens a respeito de si e de como percebiam a participação em sua comunidade.

A questão da Participação:

Existem várias compreensões acerca do tema da Participação. Variam-se conforme as orientações ideológicas e a capacidade que os atores têm em lhe atribuir um papel central em determinados processos da vida social. Tão diferentes são os atores que elaboram discursos sobre a participação, tão distintos os âmbitos de atuação e as práticas às quais o conceito é aplicado, que os discursos tornam-se, no mínimo, ambíguos e o conceito de difícil delimitação.

De um modo geral, existe um consenso que imputa uma “virtuosidade” à participação como um valor importante na convivência em sociedade. Nesse sentido, encontramos em Amman (1982) duas importantes condicionantes na busca de um entendimento sobre as possibilidades e efetividade da participação social: As relações sociais objetivas e a dimensão da subjetividade.

Do ponto de vista das relações objetivas da sociedade, compreende-se que o ato ou interesse na participação social pode ser ampliado ou reduzido em decorrência de condições propiciadas pelas relações sociais. As hierarquias, os sistemas de dominação e poder interferem diretamente na configuração ou modelagem dos processos participativos. É nesse campo de disputa que se define se a participação será uma conquista das camadas populares ou uma outorga das camadas dirigentes e é nesse nível que são gerados os mecanismos seletivos que segregam umas e dão soberania a outras classes e categorias da população nos processos decisórios da realidade social.

Na dimensão da subjetividade, o exercício da participação carece de alguns requisitos mobilizadores que se dão na realidade objetiva e que agem sobre os indivíduos, tornando-os mais ou menos inclinados à participação. Entre esses requisitos, destacamos: a informação; a motivação e a educação para participar.

Combinados estas duas abordagens e a riqueza dos processos que engendram, a participação pode ser compreendida como um processo, algo em movimento, que jamais possui uma situação conclusiva ou completa.

Considerando os aspectos referidos, nos voltamos na forma de atuação dos Movimentos Sociais¹ no Brasil, que utilizam da categoria Participação como um instrumento no exercício de suas práticas políticas e na relação com o Estado e as Políticas Públicas. No processo de redemocratização do País, após o fim da ditadura militar das décadas de 60, 70 e primeira metade da década de 80, houve a criação de espaços institucionais para a interlocução da sociedade com as políticas públicas, gerando a atenção

¹ Para Scherer Warren (1999): “um movimento social são formas de ações coletivas reativas aos contextos historico-sociais nos quais estão inseridos (...) é um conjunto mais abrangente de práticas sócio-político cultural que visam a realização de um projeto de mudança, resultante de múltiplas redes de relações sociais entre sujeitos e associações civis”.

dos movimentos para sua ocupação. Entretanto, se por um lado tinha-se um avanço em termos políticos de criação de espaços de participação e intencionalidades na democratização da gestão pública, por outro, as mudanças estruturais ocorridas na América Latina que afetaram o modelo econômico e de desenvolvimento durante a década de 90 (o neoliberalismo), retrocedeu esta perspectiva democrática e introduziu, de forma violenta, outro modelo de gestão pública e privada das economias nacionais, que não se assemelhava ao regime ditatorial, mas criou mecanismos mais complexos de regulação dos atores e desregulamentação da economia, esvaziando a capacidade de articulação e reduzindo as possibilidades efetivas de poder popular. Cabe mencionar que este modelo tem um impacto efetivo na realidade de vida dos jovens, interferindo na qualidade da educação ofertada pelo Estado, que combinados com a reestruturação produtiva, voltados para o fortalecimento de uma economia neoliberal, precarizou os postos de trabalho, fomentando políticas públicas compensatórias e focalizadas que não alteraram substancialmente o modelo de desenvolvimento adotado.

A enorme desigualdade, a exclusão material e simbólica, dos direitos de cidadania, reforçaram preconceitos e discriminações de classe, gênero e étnico/racial e não possibilitaram o trajeto democrático que se esperava a partir da consolidação de leis e regulamentos que, no papel, ampliou o acesso a direitos e sua correspondência no campo da Participação Social. Contudo, os espaços criados se estabeleceram numa formalidade democrática. Tommasi (2005) esclarece:

A ‘gramática dos direitos’, que orientava o debate político nos anos 80-90, perdeu força, e os integrantes dos movimentos sociais se envolveram num arcabouço de dispositivos para formulação e implementação de “políticas públicas” setoriais e focalizadas (ONGs, Conselhos, Fóruns locais, redes, etc.). (TOMMASI, 2005. P 16)

Como conseqüência, alguns autores mencionam o refluxo dos Movimentos Sociais, sua limitada capacidade de enfrentamento diante deste modelo e mais particularmente uma apatia gerada pelo conjunto da sociedade, em especial os jovens que são acusados de **serem** alienados e desmobilizados, consumistas e conformados. Diante de tal quadro, pouco se valoriza e se atenta para as novas formas de organização coletiva da juventude, sua inventividade na participação da vida social, como reflexo consciente ou inconsciente de superação da exclusão e como manifestação de uma espécie de mensagem simbólica que marca uma geração, respeitando as clivagens de classe. Podemos buscar os rastros do agir político dos jovens nas diferentes formas de expressão e comunicação, artísticas e culturais. Afirma Alberto Melucci, (2001) comentando as formas de expressão das culturas juvenis:

(...) tem a afirmação de uma palavra que não quer mais ficar separada das emoções, tem um dizer que quer se enraizar no ser mais do que no fazer. (...) A cultura juvenil lembra à sociedade o valor do presente como única medida da mudança, pede que o que importa se afirme aqui e agora, reivindica o direito à transitoriedade, à reversibilidade das escolhas, à pluralidade e ao policentrismo das biografias individuais e das orientações coletivas. (MELUCCI, p. 09)

Diante de tal quadro, recuperando os requisitos mobilizadores da participação, quais sejam: a informação, a motivação e a educação para participar, têm de um lado, a criação de espaços institucionais de participação que mesmo limitados pelo suposto refluxo dos Movimentos Sociais, não dimensionam as motivações que mobilizam jovens para a participação, não pensam aspectos pedagógicos de abertura para a inserção de novas gerações e por outro lado, há um descrédito por parte do mundo adulto e atores sociais quanto ao reconhecimento e efetividade das formas de organização da juventude e como demandam direitos.

Juventude e participação política:

Para o consultor em políticas de juventude José Miguel Abad(2003), a participação dos jovens não depende só de vontade e oportunidade, mas da posição deles na estrutura social e na relação com as 'velhas gerações'.

Neste sentido, destaca-se que a presença de jovens nos espaços de participação político-institucional, assim como em outros campos de relações sociais, é orientada a partir da mentalidade hegemônica, ou seja, as formas como os adultos entendem a juventude vista a partir do lugar em que se encontram, e interpelado por todos os elementos da contemporaneidade e também de classe. Esta realidade tem uma interferência significativa no aspecto subjetivo da participação juvenil. Abad (2003) comenta:

A participação juvenil não resulta somente de um encontro feliz entre a vontade de participar dos jovens (o que nos remete às suas percepções individuais sobre custos e benefícios) e as oportunidades que lhes são abertas para fazê-lo, mas também de um complexo sistema de hábitos, regras, regulamentos, instituições e práticas destinadas a negociar os conflitos da reprodução das gerações”. (ABAD, 2003, p.34)

O autor aponta que a imprecisão em torno da moratória juvenil, em que os jovens estão em período de “preparação” para a vida adulta, caracteriza-se como um “presente de grego”, pois dada a complexidade da realidade social, os jovens mais pobres, por exemplo, têm a moratória como um “tempo vazio”, algo não valorizado socialmente que pode desencadear na busca por uma ocupação de menos valor social, em termos de emprego (muitas vezes informais), e que limita suas possibilidades de participação ativa enquanto trabalhadores, ou no limite, incitá-los a conhecer outros circuitos, mais sedutores e evidentemente com mais riscos, como o caso do mercado do tráfico. Nos dois exemplos (como tantos outros que podem ser encontrados, a partir da vivência na moratória atribuída a juventude) a correlação de forças das novas gerações em relação às antigas, perde intensidade, pois não se encontram estratégias e nem lugares de construção conjunta em termos de sujeitos políticos. Dessa forma, existe sempre uma debilidade em torno da participação juvenil quando se pensa o caráter unificado e efetivo destes sujeitos no campo da ação política, especialmente nos espaços institucionais e formais de participação.

Diante de tal quadro, é notório que na falta de uma ação coletiva que intente organizar autonomamente os jovens em torno de uma agenda voltada para seus interesses, apresentam-se grupos e instituições que falam pelos jovens, dizem quais são suas necessidades e anseios. Observa Abad (op. cit. 2003):

A participação juvenil circula ao redor do reduzido espaço dos “objetivos” e das “atividades” dos projetos institucionais, com um enfoque psíquico-social mais do que político, dirigido a “solucionar” os problemas mais imediatos e próximos, e não à análise crítica das relações sociais que determinam o alcance e o conteúdo desta participação (...)”. (pág. 39)

Parece existir, portanto, um desencontro entre o que os jovens têm a dizer a respeito de suas realidades e trajetórias, com os canais de interlocução com a sociedade, sendo estes canais, atravessados por outras intencionalidades, como alguns programas governamentais e não-governamentais que parecem estimular o engajamento dos jovens, a partir da criação de grupos em torno das atividades previamente organizadas, e não articular as iniciativas já existentes dos grupos juvenis.

Especificamente sobre as motivações dos jovens à participação por meio da constituição de grupos juvenis, serve-nos de referência teórica, o esquema proposto por Krauskopf (2000). Analisando a questão da participação social da juventude, a autora afirma a existência de uma mudança paradigmática neste campo, provocada pelos processos de globalização e de modernização. Esta mudança se revela em diferentes dimensões relacionadas com a participação juvenil: na constituição das identidades coletivas, na orientação em relação à mudança social e na dimensão organizacional dos grupos juvenis.

A partir de uma comparação entre o velho e o novo paradigma, a autora ilustra as mudanças nas dimensões da participação juvenil, propondo o seguinte quadro:

Câmbios en las dimensiones de la participación juvenil

Dimensiones	Viejo Paradigma	Nuevo paradigma
Identidades colectivas	Basadas en parámetros socioeconómicos y político-ideológicos	Basadas en parámetros éticoexistenciales
Orientación		
Cambio social	La modificación de la estructura cambia al individuo	El cambio personal se orienta a modificar las condiciones de vida colectiva
Espacialidad	Epicentro local, trincheras globales	Epicentro global, trincheras locales
Temporalidad de las acciones	Se busca efectividad de largo plazo; metas en soluciones futuras	Se busca efectividad a corto y mediano plazo; metas palpables

Organización		
Estructura	Piramidal institucionalizada	Horizontal, redes vinculantes y flexibles
Rol	Centralizador representativo	Facilitador, mediador con respeto a la diversidad
Acción	Colectiva masificada hegemónica burocrática	Coordinaciones transitorias, reivindicación de la participación Individual débilmente institucionalizada

Diante de tal quadro, problematiza-se que as formas organizativas dos jovens na atualidade valorizam mudanças a curto prazo, que gerem satisfações pessoais e coletivas, em detrimento do foco em questões estruturais, mesmo em nível comunitário, apresentando modos de funcionamento internos menos burocratizados ou institucionalizados, o que tem efeito direto nas motivações para a participação político-institucional. Dessa forma, considera-se que os elementos acima considerados não se dão sem conflitos, incompreensões ou resistência, em termos de relações intergeracionais. Esta pesquisa aponta a escassez de diálogo na busca de caminhos entre as gerações numa determinada estrutura político-institucional.

06. METODOLOGIA DA PESQUISA.

Os três primeiros meses, conforme desenhado em nosso plano de trabalho, buscamos realizar como primeira tarefa da pesquisa, uma pequena revisão bibliográfica acerca das categorias: participação, juventudes e poder local. Entretanto, nesta última não nos detivemos, pois refletimos, após orientação da assessoria, que o manuseio desta categoria para pensar sobre a questão, além de não surtir o efeito desejado, poderia não se adequar ao foco em pensar a participação de jovens nos Conselhos Comunitários.

Em paralelo, fomos levantando informações sobre a caracterização da comunidade da África e o bairro da Redinha, cujos jovens investigados residem, bem como as estruturas institucionais ou espaços de participação institucional presentes nessa localidade. É preciso registrar que existem poucos dados relativos aos jovens daquela localidade e no campo das associações comunitárias tivemos muitas dificuldades em reunir informações. A nossa expectativa era de que teríamos mais êxito em termos de dados, ao contactar a Federação dos Conselhos Comunitários, para a coleta de informações sobre estrutura e funcionamento, bem como histórico dos processos eletivos das associações existentes na Redinha e África. Ocorre que simplesmente não há dados para além dos nomes e registros burocráticos, a Federação não dispõe de um banco de dados, nem um tipo de acompanhamento em torno da gestão dos Conselhos e Associações de Moradores.

Antes denominada de Favela da África, esta comunidade, surgida há aproximadamente 51 anos, está situada às margens do Rio Potengi, o que dá nome ao Estado. A África pertence ao extenso bairro da Redinha. Os dados do IBGE (2000) sobre o bairro da Redinha registram 2.610 domicílios e uma população residente de 11.504 habitantes, distribuída em uma extensão de 786,86 hectares. A sua população é majoritariamente jovem. A principal atividade econômica gira em torno de serviços e comércio, porém, destaca-se o elevado número de jovens na economia informal, em atividades sub-aproveitadas pelo turismo e pela construção civil, sem garantias trabalhistas.

No que concerne especificamente a Comunidade da África, dados coletados em maio de 2007, através de visitas domiciliares realizadas por Agentes Comunitárias de Saúde, constataram a existência de 1.319 famílias, cerca de 5.481 pessoas, dos quais 841 adolescentes e jovens entre 10 e 19 anos². Ressalta-se um número expressivo de adolescentes grávidas na faixa etária de 10 a 14 anos. Constatou-se também um alto índice de uso de drogas, principalmente álcool. Existe um elevado número de bares na comunidade, que os torna um espaço de lazer e sociabilidade, pela falta de equipamentos específicos para este fim.

Existe um projeto de desenvolvimento comunitário, proposto pela Prefeitura da cidade do Natal, denominado “África Viva”, com objetivo de urbanização da comunidade, em que estão previstas obras estruturantes e a construção de espaços de lazer, cultura e sociabilidade, como quadras esportivas e centros culturais. Entretanto, a despeito de toda a consulta a comunidade, remoção de casas e legalização fundiária, o projeto de urbanização encontra-se paralisado por aproximadamente 01 ano e dois meses. Segundo os líderes

² Classificação etária da Organização Mundial de Saúde.

comunitários, o atraso foi ocasionado pela liberação dos recursos por parte do governo federal e os constantes mandados judiciais para embargos da obra, atendendo pleito de empresas de construção civil descontentes com o processo licitatório.

Em relação a programas governamentais direcionados aos jovens, os indivíduos com idade entre 12 e 18 anos dispõem do Programa Agente Jovem³, coordenado pela Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social. Existem outras iniciativas, porém em termos de políticas governamentais, este é um Programa mais sistemático e com maior abrangência. Não há nenhum programa governamental de inserção de jovens acima dos 18 anos na comunidade e mais amplamente no Bairro da Redinha. As poucas iniciativas para esta faixa etária partem, em sua maioria, das igrejas católicas e protestantes, organizações não-governamentais e projetos de extensão universitária.

Entretanto, reconhecemos a participação de jovens, mediante as suas próprias iniciativas autônomas de formação de grupos por identidades. É bastante significativa a presença do movimento HipHop no bairro da Redinha, agregando jovens entre 16 a 25 anos, em sua grande maioria homens. O grupo denominado “Facção Real”, reúne alguns jovens residentes da comunidade da África. Os encontros do grupo, freqüentemente nos finais de semana, giram em torno dos quatro elementos do HipHop⁴ e a expressão musical é a mais preponderante. Percebemos o entusiasmo na fala dos jovens participantes quando relatam suas vivências no grupo de HipHop. Destacam que a comunidade não lhes dá o devido valor, os discriminam, por que se vestem de maneira não tradicional, não gostam da “batida” musical, mas nem prestam atenção às letras que, em geral, denunciam a situação de exclusão pela qual vivem.

Com a sistematização das leituras e a caracterização da comunidade, refletimos sobre o perfil dos jovens e serem entrevistados, bem como das lideranças comunitárias. Sabíamos que o tempo para a pesquisa era limitado e que o máximo de informações que poderíamos coletar e depois refletir com profundidade acerca do problema, passava necessariamente pela escolha do perfil dos jovens a serem entrevistados. Desta forma, construímos alguns critérios:

- Jovens organizados ou participantes de grupos;
- Idades entre 16 e 25 anos;
- Paridade de gênero;

Um outro critério, porém não decisivo, foi entrevistar jovens indicados por pessoas de referência na comunidade, já conhecidas pelas relações estabelecidas a partir do Projeto em Saúde desenvolvido pela ONG Canto Jovem da qual participo. A comunicação entre

³ O Agente Jovem é um programa do Governo Federal em contrapartida com os Municípios. É definido como um programa de proteção básica, destinado a adolescentes de 15 a 17 anos. Os jovens participantes são tidos como em “situação de risco” ou “vulnerabilidade social”. Participam de capacitações teóricas e práticas e em atividades que não configuram trabalho e que permitem a continuidade no sistema de ensino. Os jovens também recebem uma bolsa – auxílio durante a permanência no programa.

⁴ Segundo informação dos participantes do HipHop, o estilo se divide em quatro elementos: O Rap, o Break, o Grafite e o DJ

nós, essas pessoas de referência, os jovens e as lideranças comunitárias, foi uma das situações que mais facilitou a abertura dos sujeitos e a realização das entrevistas.

Em um primeiro momento, tínhamos a expectativa de reunir todos para realizar um grupo focal, porém as datas possíveis não atendiam a todo o grupo. Lançamos a possibilidade de nos encontrar no fim de semana, porém muitos jovens relataram que também trabalhavam nos sábados, como ajudantes de seus pais no comércio e serviços oferecidos aos frequentadores da praia da Redinha. Fizemos uma tentativa no dia 15 de março de 2008 e das 25 pessoas previstas, compareceram apenas 10. Iniciamos uma conversa, porém já sabíamos a essa altura que precisávamos mudar a estratégia de coletar informações. De qualquer forma, introduzimos algumas questões que poderiam nos ajudar a desenhar outra forma de abordagem. Perguntamos aos jovens se eles teriam dificuldades em responder coletivamente a alguns questionamentos acerca do problema da pesquisa e qual foi a nossa surpresa, eles destacaram algumas. Entre elas:

- Alguns deles pouco se conheciam e não se sentiam à vontade em falar sobre determinados assuntos em um grupo desconhecido;
- Havia relações de parentesco entre líderes comunitários e alguns jovens entrevistados, o que dificultava um eventual posicionamento de crítica por parte de outros.

Em relação às lideranças comunitárias, o contato foi mais fácil e a marcação para as entrevistas aconteceu de maneira mais rápida. Agendamos então, as entrevistas com as lideranças comunitárias e os jovens, dividindo-os em dois grupos, para a última semana de março e a primeira semana de abril, entre os dias 25.03 a 04.04. Os espaços de referência para a entrevista foram: a unidade de saúde da África; a sede que abriga o escritório do Projeto “África Viva”; a sede do Conselho Comunitário da Redinha.

Ao total, foram entrevistados 17 jovens, sendo 09 mulheres e 08 homens, com idades entre 16 e 25 anos. Os jovens participavam de grupos ligados a igreja, de dança, de música e de teatro, do próprio Agente Jovem e de atividades promovidas pela Unidade de Saúde um dia por semana. 12 jovens ainda estudavam, sendo destes, nove no ensino médio regular e três em séries de aceleração escolar, tipo supletivo. Todos de escola pública. Dos cinco que não estudavam dois já haviam concluído os estudos e três abandonaram a escola, segundo eles, em função do trabalho.

No que concerne as lideranças comunitárias, entrevistamos três pessoas. Todas adultas. Duas mulheres e um homem. Aqui os denominaremos de Sr. Marcos, Rosa e Maria José.

Sr. Marcos têm 64 anos e é aposentado militar. As duas mulheres, Rosa de 41 e Maria José de 46 anos, ainda estão trabalhando. A primeira, que não tem emprego formal, exerce a função de “articulação comunitária” do projeto “África Viva”, recebendo uma ajuda de custo para a organização da comunidade em torno do projeto. A segunda é artesã, mantendo um pequeno ponto de venda dos seus produtos nas proximidades da praia. As duas foram entrevistadas no mesmo momento.

Foi desenhado um roteiro para a entrevista (anexo 01), diferenciado para jovens e líderes comunitários. Utilizamos gravadores de áudio e um caderno para outros registros. Dos 21 jovens entrevistados, apenas 05 permitiram a gravação. Entre as lideranças comunitárias, percebi o incômodo com o equipamento e no decorrer da entrevista, perguntei se estavam à vontade em serem gravados. Eles de uma forma tímida, disseram que se sentiriam mais a vontade sem a gravação. Nesse momento então, passamos a fazer apenas o registro escrito dos depoimentos.

Solicitamos aos entrevistados a permissão para o registro fotográfico, conforme consentimento livre e esclarecido (em anexo). Após este momento das entrevistas, sistematizamos as informações, transcrevendo trechos das entrevistas gravadas e confrontando com o registro escrito. Fomos separando por categorias analíticas as falas dos entrevistados e organizando o material com o objetivo de produzir os relatórios da investigação.

07. RESULTADOS

A falta de dados sistematizados sobre as associações e conselhos comunitários da Redinha e África nos exigiu descobrir outras fontes. Os próprios líderes comunitários de forma espontânea, por vezes sem muita segurança, nos forneciam, nas entrevistas, algumas informações sobre o histórico das instâncias comunitárias.

Existe uma divisão clara dos líderes na comunidade. Na representação dos moradores, existem duas estruturas institucionais: O Conselho Comunitário da Redinha e a Associação de Moradores do Bairro da Redinha, ambas localizadas na comunidade da África. Questionados sobre a diferença entre essas duas instâncias, em termos de competências, o que cabia a cada entidade as lideranças não souberam responder concretamente, buscando inserir a questão no campo de disputas entre elas, na tentativa de comprovar a legitimidade de cada uma em torno dos “interesses comunitários”.

GONH (2005) faz uma breve tipologia das associações de nível comunitário no Brasil. Embora a autora recupere historicamente a partir da cidade de São Paulo, é possível supor que os mesmos formatos organizativos, tenham se estruturado em outras localidades com base na experiência paulista, respeitando os contextos e as nomeações respectivas.

Uma das instâncias citadas pela autora são as sociedades amigos de bairros (SABs). Em linhas gerais, estas sociedades se estruturaram a partir do crescimento urbano, e num contexto político, dentro de um regime populista no final da primeira metade do século XX. Atravessaram os anos marcados pelas práticas do clientelismo político, buscando as melhorias nos espaços urbanos periféricos, em troca de votos. Em um determinado momento histórico, acentuou-se o grau de institucionalização, constituindo-se em Conselhos e federações. Controlados pelos militares na época da ditadura, inclusive com muitas sendo fechadas, estas associações buscaram resgatar sua função política na transição para a democracia, mobilizando a população e reivindicando melhorias no plano local. Já na democracia plenamente representativa, as SABs se fixaram como canais de interlocução entre o poder público (com destaque para as suas relações com parlamentares) e as comunidades. Os apelos às políticas participativas e comunitárias nesta ocasião conferiram lugar de destaque para estas associações.

Para Gohn (2005), o projeto político de associações como as SABs são do tipo conservador-institucionalizador. Ela afirma:

Não há preocupação em se mudar nada, no sentido qualitativo, do processo de transformação social. A luta básica é para a obtenção do bem demandado pelo acesso ao consumo de bens e equipamentos. Ainda que venhamos a encontrar nas pautas reivindicatórias dos congressos, reivindicações relativas a questões gerais sabe-se que estas pautas são formuladas por elementos da cúpula e não traduzem o nível de consciência do conjunto do movimento. (GOHN, 2005. p 27.)

Outro tipo associativo denominado pela autora são as associações comunitárias que em sua origem estiveram (ou estão) mais ligadas à igreja progressista. Mais articuladas aos movimentos populares, estas associações ou movimentos comunitários buscaram, a partir das comunidades eclesiais de base, estruturas organizativas mais horizontalizadas, até menos institucionalizadas e mais voltadas para uma ética de convivência grupal que se respeita o grupo nas tomadas de decisão. Se por um lado, este formato parece mais fluido, por outro, sem uma efetiva institucionalização, estas associações parecem se manter mais dependentes da igreja seja nos aspectos formativos ou no sentido de uma estrutura interna que possibilite a organização dos encontros e reuniões.

De um modo ou de outro, têm-se que a rearticulação das forças políticas de esquerda e direita, quando da consolidação da democracia representativa, bem como a construção de espaços formais e institucionalizados de participação, dão conta das disputas comunitárias em torno das estruturas políticas organizativas. De acordo com essa perspectiva, multiplicaram-se associações comunitárias, ora denominadas de Conselhos, cada uma buscando conferir para si uma suposta legitimidade popular, trazendo, a partir de seus ocupantes e das orientações ideológicas que seguem, as práticas inscritas na história da constituição destas associações no Brasil.

No caso do bairro da Redinha e da Comunidade da África, tanto a Associação de Moradores, como o Conselho Comunitário, são reconhecidos pela comunidade. Quando existe alguma atividade proposta na Redinha e África, seja por agentes externos (por exemplo, iniciativas de ONGs e Universidades) ou dos próprios serviços públicos, ambas as instâncias são convidadas.

Quem “fala” pela Comunidade?

Segundo Sr. Marcos, a Associação de Moradores do Bairro da Redinha, a qual preside por 10 anos (com algumas interrupções neste período), é a mais antiga. Sua fundação data de 1982. Sr. Marcos, nos diz de forma bastante saudosa:

Naquela época a Redinha era diferente. As pessoas estavam envolvidas pelo bem da comunidade (...) Veja, a Associação ‘lidava’ com Esporte, com a Cultura, tínhamos o melhor e mais organizado campeonato de futebol de bairro, as pessoas dos outros bairros vinham aqui entusiasmadas com a nossa organização.

Diante deste relato, perguntei se hoje estava diferente e se sim, quais eram os motivos. Ele automaticamente respondeu:

Esses turistas. Trouxeram as drogas, uma coisa horrível. Pegaram nossos jovens. E tem outra coisa também, foram as pessoas que se envolveram com a política. **Você precisa ver como é isso aqui em época de campanha** {política para ocupação de cargos públicos}.

Ao citar sobre as épocas de campanha eleitoral no seu relato, perguntei ao Sr. Marcos se ele tinha alguma vinculação partidária ou “simpatizava” com algum político. Ele disse:

Só converso com quem tem interesse em ajudar a comunidade. Não sou ligado a nada. Já me chamaram muitas vezes. Vou a reunião na prefeitura dizer umas verdades sobre a ‘lambança’ que estão fazendo nesse projeto aí (África Viva). Eles não gostam. Uns me chamaram pra entrar no partido deles. E como digo não, eles me isolam. Veja como está aqui a sede da Associação. Veja como está a do Conselho. Daí você tira.

O registro que faz o Sr Marcos tem pertinência e comprova-se na observação empírica. Em épocas eleitorais, existe o uso por parte de lideranças comunitárias que atuam nos Conselhos, bem como em outras entidades associativas de caráter local, para angariar votos de candidatos a cargos públicos. Em geral, existe a “promessa” de melhoria para a comunidade, mas também pode se estabelecer a troca de favores pessoais, cargos na administração e outros “benefícios” que caracterizam novas modalidades de relações clientelísticas.

Sr. Marcos apresentou um documento com a lista de **36** entidades associativas na comunidade da Redinha. Essas entidades são de naturezas mais diversas e com diferentes intenções. Percebemos que a fragmentação presente em torno de uma instância representativa da comunidade se dava também em áreas específicas, como por exemplo, no campo do esporte onde existem duas entidades, praticamente com a mesma finalidade. Ou seja, as divisões de interesse e a falta de diálogo em coletividade parecem fundamentar a criação de entidades, proliferando associações, mas com pouca efetividade em termos de fortalecimento comunitário, uma vez que a organização política em torno de agenda comum, não está legitimada pelos diferentes atores, constituídos em distintos espaços político-institucionais.

Perguntamos ao Sr Marcos, como era a composição da diretoria da Associação. O organograma segue o modelo mais tradicional: presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro e sócios.

Sobre a forma como é eleita a diretoria, ele nos informou que era por eleição direta, que os moradores devidamente registrados escolhiam a representação. Questionei o porquê de nos últimos dez anos não ter havido nenhuma “oposição” a ele, ou seja, a razão pela qual alguém ou algum grupo não ter se interessado em ocupar a direção da Associação. Ele nos disse:

Teve um pessoal interessado sim, mas eram muito despreparados. As pessoas daqui gostam do meu trabalho, vêem o meu esforço, acho que é por isso. Eles confiam em mim.

A legitimidade, pela idade associada à experiência e o interesse em trabalhar pela comunidade, são os dois elementos que parecem fortalecer esta última afirmação do Sr

Marcos. No seu horizonte discursivo, não se apresenta uma reflexão sobre o processo de transmissão ou renovação de novos atores para a Associação.

Pertencentes ao Conselho Comunitário, Rosa e Maria José, foram eleitas em janeiro de 2008, presidente e vice-presidente, respectivamente. Elas entendem a questão da divisão da representação comunitária sobre outra ótica. É significativa a fala de Rosa:

O Sr. Marcos parou no tempo e no espaço. Ele acha que é por ter a idade que tem e por ser muito conhecedor da comunidade, devemos todos abaixar a cabeça. Esse projeto aqui [África Viva] vai ser muito bom, a África vai deixar de ser discriminada.

O Conselho Comunitário é mais recente, foi criado em 2001. As representantes relataram que foi criado devido às pessoas estarem descontentes com a Associação de Moradores. Inclusive sua criação foi em virtude da paralização das atividades da Associação por um período de dois anos. Também questionadas sobre filiações partidárias, uma delas disse que sim, era filiada ao PSC (Partido Social Cristão) por insistência de um amigo, mas, segundo ela, o partido não tem nenhuma influência sobre sua gestão no Conselho.

Ao mesmo tempo em que justificam a criação do Conselho, fazem questão de frisar que o Sr. Marcos é uma liderança importante. Quando destacaram que as diferenças em torno do entendimento sobre a “melhoria da comunidade” passavam pela forma como Sr. Marcos impunha suas idéias, utilizando-se do argumento da experiência, perguntei se elas viam nessa situação algo semelhante na relação delas com os jovens. Elas, com certo desconforto, disseram que era diferente, porém não souberam explicar as razões. Perguntadas sobre a forma de organização e eleição do Conselho, responderam tal como o Sr Marcos: as eleições são diretas, embora na última em que foram eleitas, praticamente não houve eleição, pois havia apenas uma chapa de candidatura. Em termos de composição, segue também o modelo tradicional: Presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro.

Existe uma grande polêmica que contribui para as divisões em torno da representação comunitária. A estigmatização gerada pelo nome atribuído à comunidade da África abriu uma pauta sobre a mudança do nome da comunidade. Sr Marcos frisa que o nome África não deveria nem ser levado em consideração, pois toda a área geográfica da localidade pertence ao Bairro da Redinha. Porém, ele reconhece que as pessoas já estão acostumadas com a divisão entre África e Redinha. Ocorre que surgiu uma nova proposta, da qual ele é favorável, de que uma vez reconhecida a comunidade dentro do Bairro, que esta possa se chamar “Nova Redinha”, ou seja, mudar o nome, pois, segundo ele, o nome África é muito “negativo” e demonstra o “atraso”.

Fica explícita à associação feita pelos defensores deste argumento, quanto à idéia de pobreza e miséria que circula no imaginário social em relação aos países africanos e aquele continente em geral. As distorções geradas no imaginário social pela hegemonia do pensamento social das elites, dão conta de uma África de sofrimentos, miséria, de guerras de escravos, de doenças. No Brasil, com raras exceções, não se estuda história da África. A

população, majoritariamente descendente de africanos, é incapaz de reconhecer uma de suas matrizes formadoras da sua identidade, a não ser através de estereótipos: um continente exHá de fato, um desconhecimento sobre estes países, suas histórias e riquezas culturais, como também falta reconhecimento da própria influência que exerce as origens africanas na cultura brasileira. Iniciativa governamental, provocada pelo movimento negro nas últimas duas décadas, busca incluir nos currículos escolares, a história da presença da população negra no Brasil, que ultrapasse a imagem do período escravagista e revele outras características positivas construídas a partir das matrizes africanas. Entretanto, parece que ainda há um longo caminho a percorrer para a adaptação das escolas nesta perspectiva.

Para as representantes do Conselho Comunitário, não há nenhum problema com o nome África, embora reconheçam que uma boa parte da comunidade se sente incomodada e esteja propensa a apoiar a proposta de mudança do nome. Existe inclusive um indicativo de realização de uma consulta mais ampla, em forma de plebiscito, para que a comunidade possa externar sua opinião.

Aproveitamos em paralelo para explorar um pouco mais essa questão. Ficou evidente na consulta com os jovens e com outros moradores que o assunto do nome da comunidade, passa por uma discriminação muito grande que sofrem os moradores em relação aos outros bairros. De fato, como disse o Sr Marcos, a representação social em torno da África para eles, significa pobreza e não apenas isso: corresponde ao estigma e preconceito em torno da população negra no Brasil, ou seja, o racismo à brasileira. A opinião divide os jovens. Os argumentos mais politizados vem dos participantes do HipHop. Um dos jovens observa:

Eu me orgulho do local que eu moro se chamar África. Se lá [o continente Africano] tem pobreza, deve também ter coisas boas. No Brasil, também não é assim? E não tem porque negar que somos pretos.

De um modo geral, tanto a Associação de Moradores como o Conselho Comunitário se vêem como legítimos representantes da Comunidade. No entanto, em comparação a outros processos de divisão semelhantes que ocorre em outras localidades, existe na Redinha uma cordialidade entre eles, um respeito e consulta mútua sobre as questões comunitárias. Deve se destacar que não ficou evidente a forma pela qual a população em geral é consultada sobre as decisões da Associação e do Conselho. Ao menos no Conselho, houve um detalhamento maior acerca das reuniões que ocorrem no mínimo uma vez por mês. Por outro lado, na Associação, o Sr Marcos não nos informou claramente como foi a última reunião e como eram os processos de consulta.

É notório que a representação exercida extrapola os limites simbólicos e legais daquilo que deveria representar, atribuindo aos atuais ocupantes da direção um poder quase que soberano em falar *pela* comunidade.

O que dizem as lideranças sobre jovens e Juventude:

Instados a refletir sobre o que é ser jovem hoje e como observam a participação política da juventude, os líderes comunitários se remetem de imediato, à sua época de juventude. Não se trata, porém, da conhecida lembrança em torno da participação política travada pelos jovens de classe média no período da ditadura militar no Brasil. Na verdade, houve poucos registros por parte destes sujeitos sobre este período, nem ao menos se colocaram como protagonistas naquele ambiente de luta. Obviamente que para as mulheres representantes seria mais difícil se colocar, pois ainda eram praticamente crianças naquela ocasião. De qualquer forma, chama a atenção o fato de que não há menção nem registro como testemunhas mais próximas daquela realidade. Nem mesmo percebemos apontamentos do que está no imaginário social em torno da participação dos jovens da época. Apenas o Sr. Marcos fez uma pequena referência, porém sempre em terceira pessoa. *“Eles, naquele tempo, eram mais idealistas”*. O comentário nos surpreendeu também, em função do mesmo ter sido militar neste período.

Destacou-se na fala das representantes do Conselho Comunitário a recordação de suas pequenas transgressões em uma atmosfera de repressão sobre as mulheres, em particular às mulheres jovens. Percebemos que de alguma forma houve interferência das mudanças culturais e comportamentais características da época, especialmente da segunda metade da década de 60, não obstante elas nada mencionarem a respeito do momento histórico. Falaram dos conflitos com os familiares, embora destacassem sempre a questão da obediência e de suas participações em atividades religiosas. Foi muito interessante perceber os momentos do discurso em que não estava no horizonte reflexivo a comparação com a juventude atual. Nesses momentos, elas discorriam de forma aberta sobre suas vidas, o que faziam nas pequenas violações às normas culturais, inclusive citando situações relativas à vivência de suas sexualidades. Quando comparavam com a juventude atual, faziam questão de destacar que naquela época, os jovens eram mais “obedientes”, havia “respeito aos mais velhos”, tinham mais “influência religiosa”.

O sentido da participação política para as lideranças se circunscreve à atuação comunitária. As lembranças de suas gerações giram em torno das atividades na igreja, na movimentação em ações de caráter “solidário” e nos antigos “mutirões” para a construção de espaços coletivos de lazer. Em geral, a característica de mobilização em torno da qualidade de vida, da organização e aglomeração dos viventes, forjando uma identidade local, é o que parece embasar e justificar a criação da Associação e do Conselho. De alguma forma, percebe-se no relato das lideranças que quando mais jovens, havia um sentido prático nas suas atuações, motivados por um objetivo comum em que o resultado se dava de forma imediata. Algo muito semelhante à forma pela qual os jovens, nas suas entrevistas, falam do que os motiva a participar.

Para que Conselhos?

Questionados sobre o porquê da escolha em criar associações e conselhos, as lideranças comunitárias observaram a conjuntura da época. Relataram que *“todas”* as comunidades criaram suas associações, havia proximidade com o poder público, tinham incentivos e apelos por parte da prefeitura para que se estabelecesse uma organização comunitária que pudesse articular as demandas e necessidades.

Existe uma certeza das lideranças comunitárias entrevistadas quanto à importância da Associação e do Conselho para a comunidade. Embora se ressentam do abandono no poder público e da falta da participação da comunidade sobre a defesa dos interesses locais. Para eles não há outro espaço legítimo de interlocução.

O que dizem os jovens sobre ser jovens na África

De uma maneira geral, os jovens afirmam a falta de oportunidades, preconceito e estigmatização em viver na região norte da cidade e especialmente na comunidade da África. A marca desta discriminação é intensa e parece fortalecer a opressão que implica na motivação para a participação. Percebeu-se ainda um alto grau de nervosismo quando de suas falas, que exigiu por parte de nós, criarmos um ambiente mais descontraído realizando dinâmicas de grupo e integração. Nos dois grupos, de início, havia muita interferência na fala um do outro e no primeiro, a reação de um dos interpelados se mostrou bastante agressiva. Quando ocorreu novamente, houve a minha interferência para garantir a fala de todos de forma livre e contínua, porém isto fez com que alguns ficassem por um bom tempo sem se pronunciar. Na medida em que eram instigados pela fala do outro e pela pergunta colocada, passaram a se expressar mais, porém sempre de forma muito tímida. Recorri mentalmente de imediato à resposta das lideranças quanto à participação dos jovens nos Conselhos e a forma como a fala dos adultos implica na segurança da expressividade dos jovens.

Mesmo com o estigma atribuído ao jovem residente na Comunidade da África, parte deles diz gostar da comunidade, gostar da praia da Redinha e dos amigos que moram lá. Porém, uma boa parte, especialmente as mulheres, disseram não gostar de residir ali e que até gostariam de mudar de local de moradia:

Eu não gosto daqui, por que as pessoas são muito ‘fofoqueiras’ (...). Não se pode fazer nada que todo mundo sai comentando, as histórias aumentam e quando a pessoa vai ver está ‘falada

Perguntadas sobre que aspectos mais a preocupam em ficarem “faladas”, elas imediatamente explicitaram sobre as questões de sexualidade (namoro, sexo, práticas sexuais). Uma das jovens foi mais além e disse que gostaria de morar em outro lugar, porque queria distância de seu padrasto e do seu “irmão” (filho do padrasto). Relato de uma das agentes comunitárias no momento posterior à entrevista confirmou nossa impressão de que esta última colocação tinha a ver com as questões de abuso sexual que vinha sofrendo a jovem por parte do filho do padrasto.

Nesse sentido, é fundamental registrar que a dimensão de gênero no plano simbólico da sexualidade controlada das mulheres ou mesmo material, de suas participações na vida social, tem a ver com o que é vivido na experiência de opressão pela violência de toda ordem a que as mulheres são submetidas, em particular as jovens. Dessa forma, o desejo de sair da comunidade, expressado pelas jovens, parece ser uma reação a esta violência vivida no ambiente privado e público.

No relato dos jovens, comprovaram-se nossas hipóteses acerca da falta de crença na capacidade dos jovens por parte dos adultos. Inclusive em suas capacidades não apenas de participação, mas de discernimento sobre os riscos e as oportunidades que se apresentam nas suas trajetórias de vida. No dizer dos jovens entrevistados os adultos não dão importância ao que os jovens pensam, falam ou fazem. Registraram que só são vistos quando tem algum “risco” por perto.

O entendimento dos jovens do que é “ser e estar jovem” é relativamente descolado da imagem hegemônica que se tem em relação a esta fase da vida. A imagem da juventude tal como é construída na concepção hegemônica (tempo para estudar, se formar, ter menos responsabilidades que os adultos etc) é uma possibilidade para eles e elas, ou seja, apresentam esta percepção. No entanto, estas possibilidades não parecem estar calcada na própria realidade trazida em seus relatos. Embora manifestem o desejo de partilhar materialmente daquilo que a sociedade de consumo orienta como necessário para viver uma vida jovem de forma plena, os jovens reconhece às suas limitações quanto a isto e destacam o grau de responsabilidade que lhe é atribuído, especialmente aqueles que trabalham para contribuir nas despesas de casa.

Conforme dito anteriormente, a moratória juvenil não contempla a realidade que se apresenta para os jovens residentes da África. Em sua maioria, trabalham em empregos informais e estudam precariamente em escolas públicas. Além disso, embora a associação direta entre risco-juventude-risco seja presente no discurso dos atores, para os jovens entrevistados, isto não se reflete de uma maneira explícita. Falam dos riscos, os reconhecem como problemas, mas não se vêem vulneráveis como é recorrente na fala dos adultos.

Os jovens entrevistados colocaram também suas impressões em relação aos adultos residentes na África. De um modo geral, não saíram do universo familiar. Muitos valorizaram o papel das suas mães. Para alguns homens jovens, inclusive, as mães são quase que sacralizadas. Os pais apresentam-se como figuras da autoridade e muitas vezes símbolos de brutalidade e violência.

Pedimos então para mencionarem quais líderes eles reconheciam na comunidade, e eles disseram nomes que dentre os quais, estavam nossos entrevistados, inclusive tendo alguns jovens certo grau de parentesco com estas lideranças. Uma característica que prevaleceu entre os líderes mencionados pelos jovens foi a preocupação com a comunidade. Perguntados o porquê que estas pessoas eram preocupadas, e outras não, inclusive os que ali estavam, responderam que “*não tinham tempo*”, “*não era espaço pra eles*”, “*e o que a gente quer, nunca é atendido*”. Um dos jovens relatou:

As reuniões são muito chatas, eles ficam falando, falando e às vezes termina não resolvendo nada”.

Sobre outros adultos não participarem, comentam:

Acham que tudo vai cair do céu ou vai ‘vim’ algum político pra ajudar eles, tem gente que fica só esperando a eleição pra arrumar emprego.

Diante deste comentário, nos parece importante destacar as formas de organização coletiva destes jovens na comunidade. O modo de funcionar os grupos juvenis, especialmente os culturais, demonstram as diferenças destes grupos com outros espaços de participação formais, que estabelecem regras e procedimentos para a participação. Todos os jovens entrevistados participavam de grupos na comunidade. O jovem que fez este comentário, pertence ao grupo de HipHop, que apresenta um modo de funcionamento mais horizontalizado, cujas decisões sobre algo que envolve o grupo, passa necessariamente por todos. Respeitando o grau de complexidade em cada grupo constituído, sejam os de jovens do hiphop, ou os dos conselhos, compreende-se que existe uma disponibilidade para a participação, no entanto, a qualidade desta dependerá da abertura, do método e da motivação que envolve os sujeitos numa determinada situação de necessidade de organização coletiva.

Seguindo recomendação da coordenação do projeto Coletivo de Jovens, perguntei aos jovens entrevistados se tinham alguma filiação partidária. Nenhum dos 17 jovens entrevistados eram filiados a partidos políticos e nem sabiam como fazê-lo. Na questão político-partidária, desqualificaram a política e os políticos.

Mesmo considerando o papel fundamental dos partidos na gestão pública numa democracia, é importante mencionar o enfraquecimento destas agremiações revelado aqui na opinião dos jovens.

Surgidos com a evolução histórica da democracia, os partidos modernos se fortalecem a partir do fenômeno da representação política. O desenvolvimento das sociedades modernas, combinadas com a urbanização e as divisões sociais inerentes, complexificou a atuação destas agremiações.

Mendonça (2008) analisa o enfraquecimento dos partidos, tomando como base análises clássicas e contemporâneas de autores como Marx, Weber e Peter Mair. Para o primeiro, os partidos se configuram como uma estrutura funcional eminentemente prática. Ou seja, como o projeto Marxiano era de revolução para a instauração de uma sociedade comunista, superando o capitalismo, os partidos estavam compreendidos por esta perspectiva, submetidos a mudanças no agir constante da classe trabalhadora, rumo à transformação da sociedade capitalista. Não parece haver uma permanência dos partidos no projeto revolucionário de Marx, quando da instituição de uma sociedade comunista.

Weber analisa a existência dos partidos, especialmente na sua estrutura organizativa. Fundamentado no pensamento da racionalidade instrumental e da ação social, esta abordagem sugere que os partidos enquanto organizações seriam movidos por fins próprios, que vão além dos objetivos que lhe deram origem, superando e transformando os interesses dos indivíduos que os integram, sejam estes os interesses de classe ou de qualquer outro tipo. Estes interesses estão em torno do perfil de suas lideranças, a forma pela qual se relacionam com a política, e como as mesmas reúnem as condições para garantir legitimidade e base social.

A complexidade gerada pelo desenvolvimento do capitalismo, diluindo as rígidas fronteiras de classe; a constituição de grandes grupos econômicos que pressionam o Estado em torno de seus interesses; as inovações tecnológicas e o surgimento de uma imprensa dita “livre” e “imparcial”, e principalmente a emergência dos novos Movimentos Sociais na década de 60, reclamando mais autonomia e menos representação na relação com o Estado, expressam os novos desafios dos Partidos na atualidade. Os mais conhecidos destes movimentos (os ecologistas, os feministas e os pacifistas), tem enriquecido o processo político preservando-se como atores sociais que influem e não participam da competição eleitoral.

No sentido da construção ampliada de uma esfera pública em que novos atores entram em cena, é que se pode visualizar a atual capacidade de agregação dos Partidos, mesmo que se considere, conforme Mair (1999), sua importância na gestão da própria democracia. Para este autor, o processo que estão sofrendo os partidos, deve ser concebido mais como sendo de mudança ou adaptação do que de declínio. Mair demonstra que, embora haja uma queda na taxa de filiação ou inscrição partidária, há respectivamente crescimento em termos de empregados e de recursos partidários, devidamente providos pelo Estado, o que sugere sua força na máquina pública e seu poder de influência sobre a própria gestão da democracia liberal.

De qualquer forma, é possível atribuir aos fatores acima mencionados, o enfraquecimento dos Partidos, com destaque para os novos movimentos sociais e a canalização das demandas populares sobre outras vias de participação e até de institucionalidade. Esta realidade se reflete na opinião dos jovens entrevistados e corrobora com outras iniciativas de mapeamento sobre a motivação desta população em relação aos Partidos.

Segundo o Núcleo de Opinião Pública, da Fundação Perseu Abramo, ligada ao Partido dos Trabalhadores, na pesquisa “juventude, cultura e cidadania (1999), perguntados sobre **qual é a importância dos partidos políticos para o país**, os jovens se distribuíram da seguinte forma: acham os partidos muito importantes 41%; mais ou menos importantes 40% e nada importantes para o país 16%. **Quanto a importância dos partidos políticos para os jovens**, observa-se que as taxas de importância caem: 34% consideram que são muito importantes, 38% mais ou menos importantes e 24% acham nada importantes para os jovens.

Esses dados nos revelam sobre a pouca atenção dada aos jovens para os partidos e também parece nos indicar o escasso conhecimento sobre seu funcionamento e sua interferência decisiva nos rumos do país, em particular nas orientações político-ideológicas que imprimem nos seus programas partidários, que por sua vez influenciam programas e políticas no âmbito dos governos.

E os jovens nos Conselhos?

Questionados se os jovens participam do Conselho, as lideranças comunitárias informaram que existe a presença de jovens nas reuniões, porém eles não “falam muito” sobre as questões em debate. Pergunto se o fato dos jovens estarem presentes significa algo para eles [os líderes] e se esta presença não revela um desejo de participação mais ativa. Os mesmos disseram que os jovens só aparecem em ocasiões onde se discute um evento festivo para a comunidade. Nenhum dos três revelou quais as atividades direcionadas aos jovens por parte dos Conselhos.

No entanto, Sr. Marcos informou seus *planos* para os jovens. De um modo geral, os planos giram em torno da qualificação profissional e da ocupação dos jovens, para *tirá-los da ociosidade* e evitar que entrem no *mundo das drogas*. Sr. Marcos tem clareza da falta de oportunidades, porém fortalece o discurso da irresponsabilidade atribuída aos jovens. Ele cita o exemplo de que quis *ajudar* um jovem morador da Redinha, a pedido da mãe do garoto, pois ela havia encontrado maconha nos pertences dele. A *ajuda* foi conseguir um curso de mão de obra na construção civil, no entanto, o garoto não finalizou o curso e hoje ainda continua vendendo drogas no bairro.

O significado simbólico desta escolha merece ser analisado. Soares (2004) trata da questão pelo viés da invisibilidade dos sujeitos jovens, notadamente os do sexo masculino, pobres e negros da periferia na faixa etária dos 15 aos 24 anos em que as estatísticas revelam serem as maiores vítimas da violência e tem sido a faixa etária mais recrutada pelo tráfico de drogas. Em um contexto marcado pela invisibilidade desses indivíduos na sociedade, o ingresso no crime acaba funcionando como passaporte para o aparecimento do sujeito, dotado agora de auto-estima, em virtude da conquista de certo poder que se impõe por meio do temor dos outros, e da possibilidade de consumo de objetos que dizem respeito aos símbolos da juventude colocados pelo mercado.

Se o crime oferece vantagens aos jovens sem perspectivas, faz-se necessária a criação de condições para que ao menos as mesmas vantagens de recuperação da auto-estima, de saída da invisibilidade e de possibilidade de consumo possam ser oferecidas *no lado de cá*. Ocorre que isto não é ofertado pelas profissões as quais se atribuem menor valor social, e que por conseqüência, não oferecem as mesmas condições materiais de retorno ao “trabalho” desempenhado no tráfico. Mesmo para os jovens que não alcançam determinados postos de destaque na hierarquia do tráfico, as facilidades de se obter dinheiro e o status que suas participações podem conferir neste universo, devem ser consideradas.

Já as líderes comunitárias propuseram outra natureza de atividades *para* os jovens. Não há concretamente nenhuma atividade em curso no conselho, mais em suas falas revelou-se o desejo de oportunizar ações ligadas ao fazer artístico, ou seja, mais grupos de teatro, de música, de corte-costura, pintura etc. No entanto, o objetivo de ofertar atividades desta natureza é o mesmo que o do Sr. Marcos: tirar os jovens dos riscos e da marginalidade. Tanto o trabalho como a Cultura, na perspectiva destes atores, não são compreendidos como um fim em si mesmo, algo de realização pessoal e humana.

Os jovens, conforme já relatado, não atribuem um significado para as suas participações nos Conselhos. Reconhecem por um lado, que é uma instância importante para a comunidade, um lugar em que o bairro pode se sentir representado, porém não sabem dizer com clareza quais os limites ou até onde o Conselho pode realmente definir as questões da comunidade, especialmente no campo das políticas públicas. Apenas sete dos entrevistados já foram à sede do Conselho, presidido pelas duas lideranças mulheres, e relataram o quanto foi “chato” estar ali, pois os adultos *discutiam* e não *decidiam nada*. Nenhum havia visitado, até aquela data, a Associação de Moradores, presidida pelo Sr. Marcos. Este último é visto por alguns jovens com respeito, porém como alguém “difícil de falar”, “impaciente” e que “fala mais do que faz”.

Analisando o que se apresenta, pode-se inferir que a simples presença dos jovens, quando ocorrem, não significa um exercício de renovação de lideranças. Isto não está posto na perspectiva nem dos jovens entrevistados, nem dos líderes comunitários. Conforme a pesquisa aponta, não há processo organizado de transmissão geracional para ocupação destes espaços de participação. Inexiste processo formativo para os jovens que fomentem suas participações políticas no interior destas instâncias comunitárias. Sem a abertura para a presença dos jovens, reduzem-se as possibilidades de trocas geracionais, de apropriação de conhecimentos e vivências já experienciadas pelos mais velhos, junto às que vivem atualmente os mais jovens. Sob esta ótica, encurtam-se os espaços, caminhos e as possibilidades de reconhecimento coletivo sobre as percepções dos sujeitos de sua própria comunidade. Sem este espaço/tempo, pouco se engendra o resgate e preservação da memória, ficando também limitados os novos horizontes de construção e mudança.

Outro elemento que combina com esta problemática é que o esvaziamento da participação político-institucional em nível comunitário torna vulnerável as estruturas político-participativas, abrindo campos de interferência externa, especialmente de barganhas políticas em que as comunidades estão submetidas pelas novas modalidades de clientelismo político vigentes.

Questionados sobre que tipos de atividades os levariam a participar do Conselho, os e as jovens registraram o interesse em ser valorizados. Especialmente os homens jovens do Hip Hop, mencionaram que são discriminados e que se o Conselho os apoiasse, a comunidade os enxergaria de outra maneira. Um dos jovens entrevistados revelou que gostaria de ver a atuação do Conselho de forma mais ativa, com ações diretas na comunidade, pois segundo ele, “*tem muitas reuniões e poucas ações*”. Atividades ligadas ao Esporte e a Cultura interessa muito aos jovens, porém em nenhum momento eles as associam ao risco, ou melhor, que a inexistência da oferta de ações na cultura ou no esporte, define outra trajetória como o ingresso automático na marginalidade. Fica claro também na fala dos jovens que o Conselho é um articulador da comunidade e está presente nas festividades religiosas do bairro, bem como em outras datas comemorativas. Um dos jovens, entretanto, mencionou que a atuação do Conselho também serviu para a pavimentação de algumas ruas do bairro da Redinha. Porém, ele não soube precisar como foi essa conquista, quais os caminhos percorridos.

Em síntese, os jovens apresentam pouca motivação para a participação no Conselho. Não se sentem construtores ou sujeitos ativos nessa instância político-institucional. Se de um lado, inexistente uma preocupação mais contundente dos líderes comunitários acerca da presença e participação dos jovens, por outro, os jovens não acreditam que possam sequer estar presentes em momentos para os quais nunca foram chamados, quanto mais propor alteração das regras implícitas que se estabeleceram pelos hábitos hierárquicos nestas e instâncias comunitárias.

08. CONCLUSÕES

Este trabalho de investigação trouxe pistas importantes para a compreensão da participação política juvenil no âmbito institucional, social e comunitário. Comprovaram-se pelos relatos dos jovens e das lideranças comunitárias, que o relativo distanciamento dos jovens em torno destes espaços político-institucionais ocorre a partir de um conjunto de situações e experiências subjetivas e objetivas, tais como a condição juvenil na atualidade, a estigmatização, o preconceito e a discriminação, limitando os requisitos mobilizadores para a participação: a motivação, a informação e a educação para participar.

Este conjunto de situações pode ser definido com base no entendimento das seguintes conclusões:

- A mentalidade sobre juventude e seu comportamento no mundo contemporâneo, informa os discursos e as práticas dos atores com relação aos jovens. Neste aspecto, cabe identificar nestes discursos as diferenças e discriminações de classe, raça/etnia e gênero, local de moradia, que implicadas na reação dos jovens à sociedade que lhe apresentam, fortalece os rótulos de uma geração “perdida” e constantemente “vulnerável” ou sob “risco”, e no limite, automaticamente “marginal”.
- Não existe uma valorização do caráter associativo e autônomo dos jovens em nível comunitário. Os jovens, nas suas iniciativas culturais que expressam demandas políticas, não encontram o reconhecimento, por parte dos adultos. Esta realidade afeta as relações estabelecidas com os Conselhos locais.
- A participação dos jovens está relacionada a condição juvenil na contemporaneidade e é afetada pelo modelo econômico, social e político vigente, que limita as possibilidades de organização coletiva, associativismo, e por consequência, das possibilidades de constituição de jovens como sujeitos políticos. Isto pode ser verificado, por exemplo, na conjuntura de desemprego ou de postos de trabalho precarizados, em que existe cada vez menos tempo e espaços formais garantidos de organização dos trabalhadores.
- O esvaziamento da participação político-institucional dos sujeitos e os resquícios de uma cultura autoritária na cultura política brasileira, afeta o conjunto das relações sociais e alcançam os níveis de convivência comunitária, fortalecendo as hierarquias historicamente construídas, particularmente relevantes para este estudo, aquelas que se pautam pelas relações geracionais.
- A criação de espaços institucionais de participação popular não foi acompanhada por um processo organizado de educação para a participação, e sob a cristalização de um modelo de funcionamento, não tem aberto espaços para a renovação e a qualificação de diferentes atores sociais. Não existe processo organizado e institucionalizado de transmissão geracional das competências e habilidades para o exercício democrático de organização comunitária por meio dos Conselhos. Esta

realidade contribui não apenas para o esvaziamento da participação político institucional dos sujeitos (em particular os jovens), mas mantêm as práticas clientelistas que favorecem os interesses pessoais em detrimento dos interesses coletivos. Nesta perspectiva, não há disputa qualificada de espaços políticos, e ao contrário, ocorre uma indiferença por parte dos sujeitos que empobrece a política.

- Se não existe um interesse e motivação por parte dos jovens de participação político-institucional em nível comunitário na esfera dos Conselhos, ocasionadas pelas questões colocadas acima, pouco se apresenta o estímulo à aproximação em torno dos partidos políticos. Nenhum dos jovens entrevistados eram filiados e não demonstraram interesse em participar. Para os mesmos, os partidos são reflexos da corrupção operada pelos políticos. Isto se constitui em um grave problema em termos de representatividade política, com o risco de ampliar o fosso entre a população, ou a chamada sociedade civil e o Estado.
- Com base nestas conclusões, o desenho de estratégias e mobilização, formação política e fortalecimento de grupos juvenis, objetivo principal desta investigação, deve primeiramente considerar que existe uma distância entre as intencionalidades institucionais de programas e projetos, que apresentam um discurso de cidadania e acesso aos direitos por meio da participação social, e a reflexão que fazem os sujeitos residentes em comunidades como a África, sobre ter direitos e os instrumentos para garanti-los. Qualquer iniciativa que busque mobilizar, formar e fortalecer os jovens na participação necessitará de um diagnóstico complexo, que envolve múltiplas dimensões: simbólicas, subjetivas, culturais e políticas presentes na memória das comunidades e dos seus residentes.
Apresenta-se ainda a exigência de um mecanismo agregador que apreenda os aprendizados das gerações mais velhas, encontre os caminhos de construção de espaços de diálogo com as gerações mais novas, colocando as diferentes vivências e intenções geracionais como um valor positivo, mesmo que esta situação não se apresente sem conflitos.

É fundamental também considerar os elementos da Cultura Política e os aspectos da desigualdade na distribuição dos recursos de poder. Ou seja, sem uma educação de qualidade; sem acesso a renda; sem processos de valorização das (sub) culturas juvenis entendidas como resposta política às exclusões em que os jovens estão submetidos e a relação disto com as institucionalidades democráticas; sem fortalecimento e valorização das experiências associativas de jovens na atualidade, não haverá processos formativos que dêem conta de dar fôlego as instâncias de participação comunitárias, tal como os conselhos e as associações de moradores.

BIBLIOGRAFIA

- ABAD, José Miguel. Crítica política às políticas de juventude. In: FREITAS, Maria Virginia e PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs.) (2003), *Políticas públicas: juventude em pauta*, São Paulo : Cortez Ed./Ação Educativa/FES.
- ABRAMO, Helena Wendel. *Consideração sobre a tematização social da juventude no Brasil*. Revista Brasileira da Educação. São Paulo: n.5-6, p 25-36, mai/dez. 1997.
- _____. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: FREITAS, Maria Virginia de (org). *Juventude e adolescência no Brasil: Referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa, 2005.
- AMMAN, Zafira Bezerra. *Participação Social*. São Paulo: Cortez, 1982.
- BAHIA, Luiz Henrique Nunes. *O poder do clientelismo: raízes e fundamentos da troca política*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
- BENEVIDES, Maria Vitória de. *A cidadania ativa*. São Paulo: Ática, 1991.
- CARRANO, Paulo Rodrigues. *Juventudes e cidades educadoras*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- _____. Juventudes: as identidades são múltiplas. In: *Juventude e sociedade – Revista da Faculdade de educação da Universidade Federal Fluminense*, RJ: n 01. maio de 2000.
- GONH, Maria da Glória. *Conselhos populares e participação popular*, In: Serviço Social e Sociedade, V. IX, N 26, pp. 25 – 47, São Paulo: 1990.
- _____. *Movimentos Sociais e educação*. 6º Ed. Revista. São Paulo: Cortez, 2005.
- *Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas – Relatório final*. IBASE, 2005.
- KRAUSKOPF, Dina. Dimensiones críticas en la participación social de las juventudes. IN: *Participación y Desarrollo Social en La Adolescencia*, Fondo de Población de Naciones Unidas, Costa Rica, 1998.
- MELUCCI, Alberto. *Juventude, Tempo e Movimentos Sociais*. Revista Brasileira da Educação. São Paulo: n.5-6, p 05-14, mai/dez. 1997.
- MENDONÇA, José Carlos. Partidos Políticos: da visão dos clássicos aos desafios da (pós?) modernidade. In: *Em tese: Revista Eletrônica dos Pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC*. Vol. 4 n. 2 (2), janeiro-julho/2008.
- NOVAES, Regina R. “Juventudes cariocas: mediação, conflitos e encontros culturais”. In: Vianna, H. *Galerias cariocas*, Rio de Janeiro, UFRJ: 1998.

- OLIVEIRA, Francisco Mesquita de. PODER LOCAL E GESTÃO PÚBLICA: o que há de novo? In: *Movimentos Sociais, participação e Democracia* - Anais do II Seminário Nacional Florianópolis, Brasil, 2007.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SOARES, Luiz Eduardo. Juventude e violência no Brasil contemporâneo. In: NOVAES, R. e VANNUCHI, P. *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Instituto Cidadania/ Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 130-159.
- TOMMASI, Livia de. (2005), *Abordagens e práticas de trabalho com jovens: um olhar das organizações não governamentais brasileiras*. In: Revista de Estudos sobre Juventud-JOVENes, Ano 9, n. 22, enero-jun, México: Centro de Investigación y Estudios sobre Juventud, Instituto Mexicano de la Juventud.
- VILLAS BOAS, R. "Os canais institucionais de participação popular". In: VILLAS BOAS, R. (org.). *Participação popular nos governos locais*. São Paulo: Instituto Pólis, 1994.